

OS REFORMADOS E APOSENTADOS EXIGEM JUSTIÇA SOCIAL - NÃO AO PEC!

O Governo do PS/Sócrates, com o apoio do PSD e do CDS/PP, quer reduzir as despesas públicas à custa dos cidadãos mais vulneráveis e desfavorecidos da sociedade, reformados e aposentados, desempregados e dos trabalhadores.

É difícil conceber que, no Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, o Governo, com as medidas propostas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), promova mais desigualdades e aumente os índices de pobreza.

O PEC diz "que as prestações sociais não contributivas passam pela manutenção do seu valor até 2013". Congela, ainda, o valor nominal Indexante dos Apoios Sociais (IAS), actualmente fixado em 419.22 euros, o que vai determinar uma redução generalizada do valor real de todas as prestações sociais e outros apoios do Estado, que estão ligados àquele indexante, prejudicando os indivíduos e famílias de menos recursos (divergindo cada vez mais do valor do Salário Mínimo Nacional).

Que prestações, para os reformados e idosos, estão em causa com este congelamento

- Pensões sociais de velhice e invalidez;
- Pensão do Regime Especial Actividades Agrícolas;
- Complemento Social do Idoso
- Rendimento Social e Inserção (RSI);
- Complemento Extraordinário de Solidariedade



A CGTP-IN E A INTER-REFORMADOS REJEITAM LIMINARMENTE ESTAS MEDIDAS PORQUE SÃO SOCIALMENTE INJUSTAS.

Além destas medidas, ainda há outras na protecção social:

- Aceleração da convergência do regime de Caixa Geral de Aposentação com o Regime Geral da Segurança Social;
- O Governo não respeita o período de transição estipulado por ele próprio, penalizando a idade de reforma, o cálculo e o regime de antecipação da aposentação;
- Cortes nos apoios familiares, na deficiência e na dependência; Alteração do regime do "subsídio de desemprego", que fragiliza a situação económica e social dos desempregados;
- Degradação dos serviços públicos, com impacto na saúde e transportes

O GOVERNO TEM DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

Para o sector financeiro, o Governo disponibilizou milhões dos dinheiros públicos quando foi necessário “salvar” a Banca que tem benefícios fiscais, paga menos impostos e tem lucros fabulosos. A riqueza continua a não ser tributada como devia.

Para os reformados e pensionistas, desempregados e trabalhadores, os sacrifícios exigidos são duros e intoleráveis.

Os reformados e aposentados têm uma organização sindical (Inter-Reformados/CGTP-IN) que defende os seus direitos.

A Inter-Reformados luta:

- Pela melhoria das pensões e das prestações sociais;
- Para alterar a fórmula de actualização das pensões e revogar o factor de sustentabilidade.

Queremos ter uma vida digna! Impõe-se uma mudança de política!



HÁ QUE REAGIR!

Em 25 de Abril de 1974 os Reformados, Pensionistas e Aposentados viram reconhecidos os seus direitos, não permitamos o retrocesso. Vamos comemorar os 36 anos do 25 DE ABRIL EM LUTA por mais justiça social.

O 1º DE MAIO - DIA DO TRABALHADOR - É DIA DE SAIRMOS À RUA

Com os nossos camaradas trabalhadores do activo e com a CGTP-IN que a todos representa.